

SOBRE A MORTE E O MORRER: OS ARTUROS

Rosângela Paulino de Oliveira¹

De um modo geral, a cultura pauta e influencia diversos aspectos da vida das pessoas. Seja no contexto individual ou grupal, sua crença, valores, rituais, religião, linguagens, estruturas familiares, comportamentos, noções de vida e morte, entre outros será mediado pelo fator cultural.

Segundo Morin, (2005) uma cultura é:

um conjunto de saberes, de *savoir-faire*, regras, estratégias, hábitos, costumes, normas, interdições, crenças, ritos, valores, mitos, idéias, aquisições, que se perpetua de geração em geração, reproduz-se em cada indivíduo e alimenta por geração e regeneração a complexidade social. A cultura constitui, assim, um capital cognitivo, técnico e mitológico não inato.

Por isso, conforme Lévy-Strauss (2003), por isso, o conceito de cultura não é homogêneo e não se deve generalizar quando forem abordados temas referentes ao comportamento e às crenças de um determinado grupo ou sociedade, seja em que aspecto for.

A forma como cada sociedade lida com a morte e os ritos que a antecede e precede é foco de estudos e pesquisas em todo o mundo, com um grande avanço a partir dos anos de 1990, quando os estudos antropológicos se voltam mais para essa área. Embora no decorrer dos tempos a cultura tenha resignificado o sentido da morte, ainda hoje, ela se reveste de simbologia e de mistério para a humanidade.

¹ Professora da Universidade Nove de Julho – Departamento de Comunicação; Doutoranda em Ciências Sórias – PUC-SP. Defesa da Tese em 20 de maio de 2011.



Reis (1991), afirma que o homem é o único ser vivo que pensa a sua existência, e em consequência, a sua morte. Uma sempre atrelada à outra. O que provoca inúmeras tentativas de vencê-la ou ao menos afastá-la máximo possível.

Percebemos que na Antiguidade já havia uma preocupação com o fenômeno da morte, com os cuidados que se deveria ter com o corpo e o espírito. No entanto que o que prevalecia em todas as sociedades era o sentimento natural e duradouro de familiaridade com a morte. Ela integrava a vida e quando chegava vivos e mortos compartilhavam do mesmo espaço em clima de festa.

Na Idade Média, por influência da religião o determinismo tomou conta da Europa e a população era educada e doutrinada para aceitar a morte como algo natural e pré-determinada pelo destino. O que provocou uma certa passividade nas pessoas que esperavam que seu destino se cumprisse em alardes e assim partissem para o outro mundo para um lugar destinado conforme seu merecimento. A religião incutiu na sociedade um forte respeito aos mortos e regras simbólicas que incluíam as cerimônias religiosas com as pompas necessárias, o cumprimento do tempo de luto, as missas de tempo e as visitas periódicas ao cemitério.

Foi durante a Idade Média que as pessoas passaram a ver veladas em casa. Como geralmente elas adoeciam e eram cuidadas em casa, era ali que também morriam. Por ser um membro da família, durante os velórios elas ocupavam o lugar de maior destaque na casa, e ali no centro recebiam as visitas para o último adeus. As crianças participavam ativamente desses momentos e podiam passar pelo féretro e até mesmo brincar, numa convivência quase harmoniosa entre vivos e mortos.

Com a chegada da chamada Idade Moderna, após a Revolução Industrial as mudanças sociais rapidamente descolam as crenças e valores e a morte começa a ser interdita, ou até mesmo proibida. Ela sai de dentro das casas e ganha o espaço público próprio em nome da higienização e da falta de tempo e espaço nas novas formas de residência.

Envelhecer, adoecer, passa a ser um problema para a sociedade e para as famílias que agora não tem mais tempo para cuidar dos seus velhos e doentes. A solução fica por conta dos hospitais, que estão preparados para salvar vidas e lidar com a massa e não com a individualidade e com a morte, que por si só representa um sinal de fracasso da medicina. Sem solução, depois de morto, o defunto já não volta mais para

casa. Do hospital ele é encaminhado ao necrotério ou às capelas mortuárias, onde se faz o velório público e dali mesmo sai para o sepultamento. Tudo em menos de 24 horas para não atrapalhar a vida que deve prosseguir para aqueles que vivem sob a ditadura do relógio e do cartão de ponto nas fábricas, escritórios e instituições afins. Um ritual que ocorre cada vez mais longe das crianças e adolescente que ficam com uma vaga idéia da morte e da sua importância na centralidade da vida.

Para ARIÈS (2003) as relações entre a finitude comum diante da morte e as variações da consciência de si e do outro possuem outra forma de sensibilidade, chamada hoje de morte invertida, como se refere:

A partir do século XVIII tínhamos a impressão de que um deslize sentimental fazia passar a iniciativa do moribundo à sua família – uma família na qual tinha então toda confiança. Hoje, a iniciativa passou da família, tão alienada quanto o moribundo, ao médico e à equipe hospitalar.

Retornando um pouco, observamos que nas sociedades tribais o problema da morte simplesmente não existia, porque o indivíduo tinha um peso muito pequeno em relação à coletividade. O autor conclui que, deixando de viver, a pessoa simplesmente fazia parte da “sociedade dos mortos”, inclusive, com a possibilidade de se comunicar com os vivos.

Portanto, percebemos que a imagem da morte com todos os seus mistérios e desafios, tem acompanhado o ser humano deste o seu alvorecer. Inúmeras são as tentativas de explicá-la, mas quando ela chega, todas viram mera ilusão. Caracterizam-se como simples alegorias apenas para satisfazer aqueles que se vêem diante da angústia de não poder afastá-la de si e, principalmente, dos seus. Nada e nem ninguém consegue fazer com que essa experiência simbólica da morte seja menos angustiante. Conforme aponta BAUDRILLARD (1996), é sempre difícil para o ser humano, ter que negociar com essa morte que se cristaliza na sociedade e nem mesmo a religião ou a medicina conseguirão diminuir a angústia mortal dessa ausência/presença, ruptura/continuidade, promoção/destruição que é o morrer.

Por isso as sociedades ao longo do tempo foi criando, cada qual a seu modo, meios para amenizar e transcender o sofrimento pela finitude do ser humano. Pesquisas arqueológicas registram a existência de sepulturas desde os primórdios da história da humanidade. E esse cuidado com os mortos, em não abandoná-los é o que comprova e

assegura a nossa humanidade. As práticas rituais fúnebres implicam em crenças na sobrevivência. Por isso o papel das irmandades e confrarias foram tão importantes e tão procuradas pelos negros durante o período da escravidão no Brasil. Eram elas que garantiam o não abandono dos mortos e o zelo no ritual fúnebre. Ritos estes que garantiam tanto aos escravizados quanto aos foros a passagem para um outro estágio e o prolongamento da existência, seja na morada dos antepassados, no céu ou no sono eterno.

No entanto, de acordo com ELIADE (1992) a morte nas sociedades primitivas não era personalizada, ou seja, dava-se como resultado de uma intervenção maléfica externa, que poderia ser um feitiço ou obra de um ancestral que voltou para buscar um membro da comunidade. A presença obsessiva da morte e do morto na mentalidade de povos primitivos se mostra pela presença dos "espíritos", isto é, dos mortos, em toda a vida cotidiana, regendo a caça, a guerra, as colheitas, as chuvas, etc.

Também o horror da decomposição do cadáver suscita rituais para abrandá-lo e, na pré-história, foram criadas algumas práticas que visavam apressar a decomposição (cremação e canibalismo), evitá-la (embalsamento) ou afastá-la do convívio com os vivos (sepultamento, transporte do corpo para um local ritualístico). Se essa presença pútrida do morto sempre foi sentida como contagiosa, muitas das práticas funerárias e pós-funerárias visam proteger os vivos do espectro maléfico ligado ao cadáver que apodrece. Para MORIN (1978), os rituais do luto têm o sentido da purificação, sendo seu período correspondente à duração da decomposição. É preciso lembrar ainda que a impureza trazida pela putrefação afeta também os parentes do morto, sendo eles obrigados a se cobrirem com um sinal distintivo ou esconder-se, durante o período no qual grassa o 'contágio da morte'.

No entanto, o 'horror da morte', esse fantasma que sempre acompanhou o ser humano, e que se traduz pela dor do funeral, pelo terror da decomposição do cadáver e pela obsessão da morte, tem por denominador comum a 'perda da individualidade'. Essa dor pela perda será tanto maior quanto mais próximo ou significativo for o morto para a família ou a comunidade. Portanto, não é o fenômeno da putrefação em si que traz o terror, mas a emoção, o sentimento ou a consciência da perda da individualidade, quando o morto não está individualizado, isto é, não reconhecido como ser humano, tal como o inimigo ou o traidor privados de sepultura, existe, diante da podridão, apenas indiferença e simples mal cheiro. E a revelação da morte do outro, causada pela

presença dos "restos" (o cadáver), faz com que o ser humano apreenda a essência da existência mortal, ou seja, a noção da sua finitude, pois a morte ganha corpo e rosto, ela se encarna na carne do cadáver, afirma BAUDRILLARD (1996).

O 'complexo da perda da individualidade' é um complexo traumático, levando ao 'traumatismo da morte', isto é, "toda distância que separa a consciência da morte da aspiração à imortalidade, toda a contradição que opõe o fato brutal da morte à afirmação da sobrevivência". Daí deriva que a violência do traumatismo provocado por aquilo que nega a individualidade implica em afirmação não menos intensa da individualidade, quer seja a nossa própria morte quer seja a do ente querido ou próximo. A individualidade que se revolta contra a morte é uma individualidade que se afirma sobre a morte, ou seja, que concebe a sua própria imortalidade. Segundo MORIN (1978), essa 'consciência humana da morte', no entanto, não se baseia no desconhecimento da realidade biológica, mas no seu reconhecimento, assim como não significa cegueira ante a morte, mas a sua lucidez. Essa lucidez não é, porém, tomada de consciência do conhecimento específico, mas sim um conhecimento propriamente individual: uma apropriação da consciência, visto que a consciência da morte não é algo inato, antes um produto de uma consciência que compreende o real.

Ao mudar de status, passando de pessoa viva para ancestral morto, esse perde sua individualidade, ganhando, porém, sua reidentificação dentro de uma categoria arquetípica. Chega-se, assim, à crença na imortalidade, que seria a dialética resultante da consciência da morte e do traumatismo da morte, que se reforçam mutuamente, conforme ELIADE (1992). É preciso salientar que, em todas as sociedades, desde as mais primitivas até a atualidade, o ser humano sempre teve, efetivamente, dois tipos de morte: uma biológica, que representa o fim do organismo humano, e uma morte social, que representa o fim da identidade social do indivíduo. Essa última ocorre em um processo que compreende uma série de cerimônias, incluindo aí o funeral, no qual a sociedade oficializa e ritualiza a despedida de um dos seus e reafirma sua continuidade sem ele.

É essa compreensão, característica própria do humano e implícita desde a pré-história que, longe de se refletir em aceitação, leva o ser humano a revoltar-se contra sua inelutável finitude, ávido de uma imortalidade que desejaria realizar. Se não buscasse alguma forma de adaptação à morte, o ser humano "morreria de morrer", visto que, a idéia obsedante da morte como fim último e sem qualquer termo de continuação

posterior, lhe seria mortal. O paradoxo adaptação/inadaptação à morte é expresso nos rituais funerários e de luto, ou seja, o luto expressa socialmente a inadaptação individual à morte, mas, ao mesmo tempo, é o processo de adaptação social que tende a fazer cicatrizar a ferida dos indivíduos que sobrevivem, afirma MORIN (1978).

Mas, para onde vão os mortos após a morte? Também aí impera o paradoxo humano de querer o morto, agora transformado em espírito, ao mesmo tempo perto e longe dos vivos. Desde as camadas mais antigas das crenças, os mortos habitam o espaço próximo do grupo a que pertenciam. Mesmo nas civilizações que, por temor dos mortos, afastaram um pouco as tumbas das habitações dos vivos, continuam aí localizados, quer seja por meio de uma ossada simbólica (o crânio, por exemplo), quer por meio de um substitutivo figurativo (bonecos de madeira ou, nos casos atuais, fotografias dos ausentes queridos). Com essa forma de agir conciliam-se os contraditórios desejos dos vivos: conservar o morto (para que não se irrite e para que os proteja) e, ao mesmo tempo, evitar sua presença macabra.

Dentro da perspectiva de um tempo linear, a morte é tida como perda, ruptura, ausência. Porém, a lógica da vida é afirmação de continuação e de plenitude. Há, pois, que se ultrapassar a dialética da cisão vida-morte, buscando vencer o horror da finitude, inventando, para além da racionalidade, correspondências entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. Essa correspondência, aparentemente mais eficaz em outros tempos, era vivida coletivamente, não constituindo, portanto, um drama pessoal, mas sendo largamente negociada no seio da sociedade. Assim, a ampla ritualização da morte que essas sociedades empreendiam, consistia numa estratégia global do ser humano contra a Natureza, procurando domar sua selvageria e violência. E se o ser humano de antigamente temia a morte, angustiava-se diante dela, no entanto, tal temor e angústia eram tranqüilamente traduzidos em palavras e canalizados para ritos familiares e sociais. Justamente por isso, a morte não passava o limite do indizível, do inexprimível, a ponto de o ser humano dela se afastar, de fugir, de proceder como se ela não existisse, ou de falsificar sua aparência.

Vale ressaltar que nessas sociedades primitivas morria-se sempre em público, pois nunca se estava só, fisicamente, no momento da morte. Elas construía, portanto, sistemas de defesa contra a angústia da morte, embasados em ritos e crenças que buscavam dar ao ser humano ilusão de perenidade e, por não se apoiarem na

individualização e sim na participação da pessoa no seio do grupo, não concebiam a morte como ausência ou separação irreparáveis.

Para os Arturos, bem como para todo indivíduo, em qualquer grupo social, a morte é vista como a última fase da vida carnal terrena. Ela completa o ciclo de uma vida que por razões além do entendimento se concretizou e menos inteligível ainda, desintegrou. Toda pessoa vive com a consciência de sua própria morte e dos seus entes queridos. Assim sendo, cada grupo ou sociedade irá, no decorrer de sua existência, desenvolver caminhos próprios para enfrentar a morte de seus membros e para que essa morte não seja realmente o fim de uma existência. Para Ziegler (1977), a consciência da própria morte foi fundamental para a evolução do ser humano:

a consciência de sua própria morte é uma importante conquista, constitutiva do homem. Assinala o ponto essencial da história humana que foi a emergência, na época paleolítica, do homo sapiens. (...) Desde então, os homens produziram – e produzem cotidianamente – uma constelação de imagens variadas de sua morte futura, pois a morte fraturou um consciente que até então fora apenas instrumental. Por essa brecha mergulharam forças novas e imensas, que transformaram a percepção humana da vida, da morte e do mundo. A sepultura traduz incontestavelmente um progresso do conhecimento objetivo.

MORIN (1989) afirma que a morte não tem um fim absoluto para nenhum povo [primitivo ou não]. Todos acreditam na imortalidade da alma. A fé é o componente principal para a crença na transição da existência carnal para uma existência espiritual. A soma entre fé e imaginação confirmará a existência da vida após a morte de forma etérea, ilusória, compatível com os dogmas de cada cultura. Só assim será possível aos mortos adquirirem um novo status dentro da cosmogonia humana.

Os ritos funerários e o luto seguirão o padrão e as normas de cada grupo e ocorrerão de acordo com o status de cada pessoa. Um outro fator a se considerar, nos diferentes grupos chamados tradicionais é a eficácia simbólica. Ou seja, a atribuição de uma morte a forças sobrenaturais manipuladas por outro alguém. Apesar de pouco se falar sobre este assunto, ainda hoje encontramos grupos que acreditam e atribuem os malefícios que os atinge a feitiçaria, a manipulação de forças sobrenaturais, como é o caso dos grupos de Congado de Minas Gerais e entre eles os Arturos.

A DOMESTICAÇÃO DA MORTE

Até o início dos anos de 1990 o estado precário das estradas e dos meios de transportes na região estabelecia um grande isolamento entre a “cidade” e a Comunidade dos Arturos, situada, até então, na Zona Rural de Contagem. Esse fato dificultava que os moradores da comunidade procurassem, entre tantas coisas, por socorro médico em caso de doença. Então, quando alguém da comunidade adoecia, em grande medida eram as velhas e rezadeiras locais, que ajudavam as famílias no tratamento do doente.

Essas mulheres tinham grande prestígio e conhecimento aos olhos da comunidade. Elas participavam de todos os momentos importantes da vida da comunidade e por vezes do bairro. Lidavam com questões de vida e de morte, saúde e doença, com a mesma tectura. Eram famosas por conhecerem as propriedades das ervas e suas especificidades, por fabricarem remédios caseiros, dominarem a fórmula das rezas e simpatias certas para cada “causo” e por além de tudo, serem conselheiras. Como era o caso da própria Carmelinda (†1982) e depois suas filhas Izaíra Maria da Silva – Tita (†2007) e Maria do Rosário da Silva - Induca, que morando na casa dos pais se tornaram as conselheiras da comunidade, Juventina de Paula da Silva – Intina (†2005) benzedeira e rezadeira, Conceição Natalícia da Silva - Tetane, a irmã mais velha, com os braços e sorriso sempre abertos e prontos para acolher e cuidar. Bem como Dodora, Lucinha, dona Aparecida (†2001) e tantas outras todas cuidadoras natas, sempre prontas para acompanhar ao médico, fazer curativo, dar banho, preparar a comida, dar o remédio ou simplesmente fazer companhia. Assim como exigiam que os filhos e filhas seguissem o mesmo caminho de cuidados principalmente para com os mais velhos.

Enfim, essas mulheres eram muito requisitadas para visitar os doentes e as famílias cabia às benzedeiras dar o veredicto para o mal que o cercava. O diagnóstico só vinha depois de um bom tempo de prosa e atenção. O mal poderia ser causado por dois tipos de influência: espiritual – causado por inveja, ciúmes, mal auguro, mal olhado, ou coisa feita; ou físico, como feridas, berebas, cortes por lâminas, facas, machados, arame farpado, febres altas, picadas de bicho, peçonhentas e etc. Fosse para qual fosse o caso elas usavam de medidas que incluíam as rezas, com o auxílio de terços e patuás, chás e infusões de folhas conhecidas pela comunidade, bem como remédios fabricados por elas mesmas. A atenção com o doente era fundamental para que o processo de cura do mesmo. As recomendações deviam ser seguidas prontamente e a risca, para que tudo

desse certo. No entanto, se depois de alguns dias de cuidados o doente não melhorasse, e/ou até piorasse, as famílias começavam lamentavelmente a se preparar para o pior, a sua morte.

Com a morte assim anunciada, era comum que os amigos, parentes, compadres e vizinhos da família assumissem a vigília pelo moribundo, que deveria estar sempre em companhia dos outros para não ter o desagrado de morrer sozinho. Era comum as pessoas se reunirem diariamente na casa até que o doente obtivesse milagrosamente uma melhora, ou no pior das hipóteses, viesse a falecer, conforme nos conta a filha de uma das benzedadeiras local:

Mamãe sabia de cara se a pessoa ia se curar ou não. Mas não dizia pra família logo. A gente sabia porque ela chegava em casa muito calada e ficava num canto pensando, pensando e depois ia pro oratório rezar. Quando ia ver o doente ela olhava, olhava, até decidir que reza fazer. Dependendo do mal ela usava folha, água e outras coisas. Quando o doente tava mal todo dia a casa ficava cheia de gente, era visita de todo lado, era até difícil benzer, porque tinha que mandar sair e ficava mal, né? Mas enquanto a pessoa não curava, era isso. Assim ela não se sentia tão só e a família também. Se morresse, aí era mais uma ladainha danada. (Mulher Arturo, 52 anos)

Quando e se a pessoa morresse depois de longos dias de vigília, a família do morto se sentia *endividada* com as demais pessoas/famílias que participavam daquele processo de morte². Assim iniciavam, após o sétimo dia do sepultamento, uma rotina de visitas e agradecimentos a todos os que os ajudaram na vigília³ e no sepultamento do ente familiar. Inclusive os parentes deveriam ser todos visitados.

AS PRÁTICAS E LIDAS COM A MORTE

² Áries (2003) em "A história da morte no ocidente", chama atenção que no início da Idade Média já havia uma "familiaridade com a morte", fato que a tornava um acontecimento público. Segundo ele, ao pressenti-la, o moribundo se recolhia ao seu quarto, acompanhado por parentes, amigos e vizinhos e cumpria todo um ritual: pedia perdão por suas culpas, legava seus bens e esperava a morte chegar. Sem caráter dramático ou gestos de emoção excessivos.

³ Nessas visitas a viúva sempre levava algum agrado que podia ser biscoitos ou bolo feito por ela, verduras ou legumes que colheu de sua horta, ovos, etc. Algo simples, mas que demonstrasse gratidão e reconhecimento.

Dentre os costumes da época era comum quando o doente demonstrava qualquer indício de que estava para morrer, uma pessoa da casa, ou mesmo a benzedeira, colocasse uma vela acesa em suas mãos, pois acreditavam que a luz o confortaria, pois clareava a passagem pela a qual seu espírito deveria seguir. Outros cuidados também eram dispensados ao moribundo para reconfortá-lo: em seu quarto, na cabeceira da cama, era colocado no criado mudo, ou numa mesinha, imagens dos santos de devoção, um rosário, um copo com água, alguma planta natural⁴, uma vela, de preferência de sete dias, sempre acesa. Ao lado de sua cama havia sempre uma cadeira para os visitantes sentarem e passarem algum momento em companhia do moribundo. Conforme Reis (1991), este é um exemplo típico de morte domesticada e de preparação do moribundo para uma boa morte.

A solidariedade com os doentes, os moribundos e com as famílias era levada a sério por todos. “Na presença de parentes, amigos, vizinhos, se possível padres – assim morria-se antigamente”, afirma o autor.

Quando a morte era finalmente confirmada, começava a preparação do corpo e do funeral e o cumprimento das obrigações rituais.

Devido à falta de assistência a saúde e para os funerais, a resistência dos próprios doentes em ir para o hospital, geralmente morria-se em casa mesmo e as próprias famílias tinham que se encarregar dos cuidados para o sepultamento. Tinham o maior cuidado com o tratamento do corpo que deveria ser banhado, vestido e colocado em lugar específico na posição funeral – deitado de costas e mãos cruzadas sobre o peito, entre outros preparativos que incluíam os cuidados com o seu status social dentro do grupo e da comunidade. Quando o serviço funerário chegava, já encontrava o morto pronto.

Reis (1991), observa que o cuidado como o cadáver era da maior importância, uma das garantias de que a alma não ficaria por aqui penando. Cortava-se o cabelo, barba, unhas. O banho não podia tardar, sob pena de o cadáver enrijecer, dificultando a tarefa. O autor lembra que esta tradição era muito comum entre os nagôs, que acreditavam que a falta dessa cerimônia impedia que o morto encontrasse com seus ancestrais, tornando-se um espírito errante, um *isekú*. Bem como entre os iorubas, que

⁴ Geralmente espada de São Jorge, para corta os males e abrir caminhos para a saúde e prosperidade ou guiné, também para cortar os males.

faziam questão de deixar o defunto baiano limpo, bonito e cheirosos para o velório, o último encontro com os parentes e amigos vivos. Faziam uso, inclusive, de infusões ou alfazema.

No entanto, não era e continua não sendo, qualquer pessoa que possa tratar do corpo. Tem que ser alguém de coragem, que não tenha medo de morto e respeite, ainda, o status da pessoa⁵. Embora as rezadeiras fossem acionadas para exercer esse papel, existiam outras pessoas, mais velhas, que também cumpriam esse papel.

“Nem todos têm o direito de tocar no cadáver”, garantia Cascudo. Carecia serem mulheres e homens probos, honestos, especialistas da arte. Pessoas que se fizessem ouvir e atender pelo morto, a quem chamavam pelo nome, instruindo-o: “dobre o braço, Fulano, levante a perna, deixe ver o pé! [...] Fulano, feche os olhos para o mundo e abre-os para Deus”. (Varela apud Reis, 1991: p 115)

Enquanto preparavam o corpo, alguém da família era encarregado de separar as roupas para vestir o morto, o lençol para cobrir o caixão, os objetos que deviam ser colocados dentro do caixão e sobre a sepultura etc. Esses cuidados deveriam respeitar a vontade do falecido, que muitas vezes eram determinadas em vida ou no leito de morte pelos próprios moribundos, pois as famílias temiam ficar em débito com o morto.

Para que o morto fizesse uma boa passagem acreditavam que os cuidados com a preparação corpo eram fundamentais e mesmo depois de colocado no caixão eram necessárias algumas providências para garantir um bom velório. Segundo as crenças locais, se um morto permanecesse com olhos entreabertos era sinal que ele “estava com pena de deixar esse mundo, ou então tinha apego muito grande a uma pessoa da família e voltaria para buscá-la”⁶; ou, como sugere DaMatta (1987): “Em vida tinham sido egoístas, e assim ficado presa a alguma pessoa, emoção, objeto ou propriedade”. Do mesmo modo, quando detectavam que o corpo permanecia “amolecido”, isso era sinal de que em poucos dias a alma retornaria pra buscar alguém da família. Sendo assim, logo que um dos sintomas era observado, as famílias imediatamente chamavam um dos “peritos” locais que realizavam as *simpatias* necessárias para mediar à passagem do morto para “o outro mundo”.

⁵ O corpo das mulheres só poderiam ser preparados por outras mulheres, o dos homens por outros homens e as crianças somente por mulheres.

⁶ Fala de informante em entrevista.

Segundo os velhos esses velórios contavam com muitos choros e lamentações, gritos e desmaios, mesmo quando a morte já era esperada. Cada parente próximo que chegava gerava uma nova onda de dramaticidade, tanto que algumas pessoas já eram encarregadas de amparar as vítimas dos desmaios.

Mas, nem tudo era tristeza, com o passar das horas, quando todos os parentes já tinham chegado, começavam também os momentos de diversão. Como de costume os velórios duravam 24 horas, “para ter certeza que a pessoa tinha realmente morrido⁷” e para passar essas longas horas era comum que às pessoas se reunissem em grupos e comesçassem a contar piadas, histórias que envolvessem o falecido, especulações a cerca das circunstâncias da morte, etc. Geralmente era algum dos velhos que começavam os causos e o grupo aumentava, transformando o velório numa verdadeira e grande reunião social – que de fato é o significado do velório nessas comunidades rurais.

Para manter o grupo confortável durante toda a noite era servido café, sanduíches, sopa, chá para relaxar e a famosa cachaça para beber o morto. Os risos, paqueras entre os mais novos, não chegam a incomodar a família, pois é tradição que isso aconteça. Assim como sempre aparece uma das “tias” mais velhas para chamar a atenção quando a coisa se excede, mas sem grandes exaltações.

Este era um momento em que a casa familiar (do morto) tornava-se um espaço público no qual toda a comunidade circulava, se solidarizava, e se sociabilizava de uma forma geral. Contudo, esse caráter festivo era entremeado por momentos de choro, lamentações, gritarias, desmaios, etc., e “outras expressões obrigatórias dos sentimentos”, que conforme Mauss (2001) “eram do mesmo modo esperados, naturalizados e faziam parte do ritual funerário”.

Depois de passarem uma noite velando o corpo, no dia seguinte, antes de o levarem para o cemitério, costumavam-se realizar os ritos de despedida ou separação. Esse momento se constituía em algumas preces e cantigas com novas cenas de lamentação. Em seguida o caixão era fechado e partia-se em cortejo fúnebre até o cemitério.

Originalmente o percurso era realizado a pé. Porém, a partir da década de 80, veículos passaram a ser utilizados para conduzir o cortejo. O carro que conduzia o

⁷ Informa uma das entrevistadas.

morto seguia na frente, e em seguida, uma grande fileira, os demais veículos que *acompanhavam o enterro*: carros de passeio, caminhões cheios de gente, charretes e até cavalos⁸.

Numa velocidade que não ultrapassava os 30 km/h, seguia o cortejo, chamando a atenção de todos que cruzavam pelo caminho. Durante o percurso, as pessoas paravam o que estavam fazendo para vê-lo passar. As mulheres corriam para as janelas, as crianças pro quintal, e os homens desciam das bicicletas, e, se estivessem a pé, paravam, tiravam seus chapéus, e o seguravam na direção do peito em respeito ao morto. Vez ou outra alguém gritava – “Quem morreu?”; “De onde?” –, e os que seguiam o enterro respondiam de cima de um dos carros e alguns, se conhecessem a família, largava o que estivesse fazendo para acompanhar o cortejo.

Quando chegavam ao cemitério, várias outras formalidades eram seguidas. Geralmente os homens, mais velhos e mais próximos da família, carregavam o caixão da casa até o carro, e do carro até a sepultura. Um homem da família era quem pegava na alça do caixão que fica do lado da cabeça, que segundo um informante “era um costume muito antigo”, que indicava aquela pessoa como alguém da família, ou o “dono do defunto”. Para entrar no cemitério, os pés do defunto deviam estar voltados para dentro. Na hora do sepultamento, após a encomenda do corpo, os que estavam presentes jogavam um punhado de terra dentro da cova enquanto o coveiro cobria a sepultura.

Essas e outras práticas detalhadas, embora não fossem explicadas, eram minuciosamente observadas no passado, e em grande medida eram realizadas como meio de mediar *a passagem* das almas para “o mundo dos mortos”, ou “para o outro mundo”, como afirma DaMatta (1987), e impedir que eles retornassem para importunar os vivos. Porém, atualmente há uma “perda desses antigos costumes”, como explicou um dos entrevistados:

⁸ O corpo geralmente era transportado por algum conhecido da comunidade, alguém que possuía uma caminhonete e prestava esse favor à família do morto. Durante longo tempo, um senhor da comunidade ficou conhecido por se colocar sempre à disposição para levar os mortos para os cemitérios. As pessoas das famílias já nem se preocupavam, pois ao final de cada funeral ele encostava a sua caminhonete na posição para colocar o corpo, seja lá quem fosse o morto.

As pessoas já não levam mais a vida e a morte a sério. Tudo é feito com pressa. Mal a pessoa morre e já querem enterrar, não dá tempo de velar, de chorar, de esperar pra ver se morreu mesmo. Não trazem nem mesmo o falecido pra casa, pra ele se despedir dos seus. Os mais novos não sabem mais fazer o necessário para que quem morreu tenha uma travessia tranqüila. É muito triste. Tudo hoje é na pressa, sem amor. Falta Deus nesse mundo. (Patriarca dos Arturos)

A partir de meados da década de 1990, foram feitas várias mudanças na infraestrutura regional – melhorias nas condições da estrada, nos meios de transportes, instalação de postos de saúde e empresas funerárias na redondeza, além da exigência de certidão de óbito para enterrar os mortos, etc. – aliada ao desenvolvimento de uma consciência religiosa baseada nos ensinamentos doutrinários contribuíram para enfraquecer as representações e as práticas mortuárias.

Mudanças que encurtarão a distância entre a comunidade e a cidade estimulou a procura por tratamento médico e hospitalar (medicalização), e, conseqüentemente, as mortes passaram a ser administradas não mais pelo próprio morto, pelas rezadeiras, por seus parentes e amigos, e passaram a ser controladas pelas equipes de saúde. Nessa perspectiva, a morte foi transferida do ambiente doméstico para o espaço hospitalar. Deixou de ser uma morte pública, natural e “coletiva” – um acontecimento social vivenciado e compartilhado por um grupo próximo do morto (adultos, jovens e crianças) – para se tornar uma morte privada e solitária no leito do hospital, longe dos olhos e do afeto familiar⁹.

Essa nova representação da morte, com a introdução do tratamento e da hospitalização recebeu inicialmente resistência de algumas pessoas mais idosas da comunidade. Contra a idéia aterrorizante de morrer no hospital, alguma dessas pessoas, ainda em vida e com bom estado de saúde, reuniam suas famílias (filhos(as), genros e noras), fazendo-os jurar que não os deixassem morrer no hospital, garantindo-lhes o

⁹ Ariès (1977) observa que as instituições higiênicas que surgem especialmente a partir do século XX – entre os anos de 1930 e 1950 -, é fato decisivo para o afastamento da morte do cenário cotidiano: “Já não se morre em casa, em meio aos seus, mas sim no hospital, sozinho”. O lugar da morte é deslocado do aconchego do lar para os lugares especializados. Passa ser inconveniente morrer em casa. A morte deixa de ser uma experiência e passa a ser um fenômeno técnico (assistida pelos médicos). (p. 54)

direito de morrer em suas próprias casas. Conforme Reis (1991) morrer sozinho na reclusão hospitalar é morrer mau.

Porém, com o passar dos anos, novas mudanças acontecerão e morrer em casa se tornou um desejo de poucos. A doença deixou de estar associada à morte, e buscar tratamento hospitalar se transformou em “*procura por saúde*”. Enquanto a doença não manifestasse certa gravidade, levava-se o doente numa das rezadeiras e seguiam-se as suas recomendações. A partir do momento que a situação se agravava, o doente era imediatamente levado para o hospital. Assim, no final da década de 80, meados de 90, dificilmente alguém nascia ou morria em casa. As mortes, assim como os nascimentos passaram a se consumir no ambiente hospitalar, e foram se afastando cada vez mais do universo doméstico.

Em pouco tempo, as pessoas passaram a sentir receio e desconforto com a idéia de lidar com o morto, de conviver com a memória do morto dentro do caixão e no meio da casa, como era de costume, apesar de manterem a tradição dos cuidados com os ritos. A partir de então se difundiu a idéia de que no ambiente doméstico as pessoas prefeririam cultivar a imagem da pessoa em vida, dos bons momentos vividos, e não “a imagem de um morto”. Esse argumento foi bastante utilizado pelas famílias, que a partir de determinado momento passaram a recorrer a Irmandade para velar o morto na capela da Comunidade dos Arturos ou, em último caso, nos velórios municipais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARIÈS, Philippe. *A história da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

_____. *O homem diante da morte*, vol. 1. Trad. Ana Rosa Rabaça. 2ª. Edição. Coleção Universitária no. 47. Portugal: Publicações Europa- América, 2000.

_____. *O homem diante da morte*, vol. 2. Trad. Ana Rosa Rabaça. 2ª. Edição. Coleção Universitária no. 48. Portugal: Publicações Europa- América, 2000.

DURKHEIM, Émile. *Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*; tradução Joaquim Pereira Neto; revisão José Joaquim Sobral. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães & PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras Raízes Mineiras: Os Arturos*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2000.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Os tambores estão frios: herança cultural e sincretismo religioso no ritual do Candombe*. Juiz de Fora: Funalfa Edições: Belo Horizonte: Mazza Edições, 2005.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.